



III MIL

NO LIMIAR DO TERCEIRO MILÉNIO

ENG<sup>a</sup> MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Fundação Cuidar o Futuro



Évora, 13 de Junho de 1996

## Introdução - Um mundo em transição



Ao processo global de passagem de um crescimento acelerado da população para um ritmo mais lento de crescimento chama a demografia **"transição demográfica"**. A passagem para um crescimento relativo menor não significa uma imediata estabilização; a população continua a crescer em números absolutos ainda durante várias décadas.

Aparece assim como uma probabilidade, excedendo em muito a mera avaliação quantitativa da população. Durante a transição demográfica sobrepõem-se-lhe outros processos de transição que não lhe são alheios, que a rodeiam de uma certa imprevisibilidade. Mas, sendo uma realidade incontornável da evolução dos humanos sobre o planeta, reveste-se de um carácter metafórico das outras transições que caracterizam o nosso tempo.

A partir de 1989, os países de economia de planificação central abriram-se à economia de mercado e foram por isso chamados **"países de economias em transição"**. As dificuldades encontradas nesse processo bem como a aceleração da globalização das unidades económicas conduziram-nos a um gigantesco processo de transição de economias. É certo que as economias nacionais já englobavam, na produção, no comércio ou nos investimentos, elementos estrangeiros mas estes eram contidos dentro das fronteiras nacionais. Dá-se hoje a passagem a uma **total globalização no domínio económico-financeiro**. Como essa globalização não tem ainda mecanismos globais capazes de a controlarem, o processo de transição que daí decorre é um processo ainda aberto sobre um futuro totalmente desconhecido.

Paralelamente, em pouco mais de 20 anos toma-se consciência, à escala planetária, da influência dos esquemas de produção e de consumo na qualidade do ambiente. A dificuldade encontrada em reconhecer, na prática, que os problemas ambientais - da qualidade do ar, da água, dos solos, das condições climáticas necessárias para a sobrevivência dos seres humanos - não têm fronteiras e têm de ser tratados globalmente, põe-nos perante a iminência de grandes catástrofes ecológicas mundiais. É outro processo de transição que se desdobra diante de nós e conosco - a **transição de uma natureza fora da história a uma natureza parte da história e expressão da história tecnológica da humanidade**.

Como pano de fundo e como desejável - que ainda não efectivo - motor das transformações conceptuais, técnicas e políticas a terem lugar no mundo entrámos noutra processo de transição de imensa complexidade. É a transição para regimes democráticos em países jovens ou vindos de regimes totalitários. Mas é também a **transição para democracias em que, de facto, o poder surja do povo, seja usado para o povo, seja partilhado pelo povo**. Novas condições de cidadania estão por descobrir, embora aqui e além algumas experiências concretas apontem para dimensões possíveis dessa cidadania, dando resposta à necessidade de transição para

sociedades e mundo global onde novas formas de democracia sejam possíveis.

A transição planetária de que apenas se descrevem aqui alguns elementos tem características comuns em todos os domínios. Assim, é posto em questão o mito do crescimento linear, o chamado progresso, com a correlativa noção de sucesso, bem como a competitividade como ordem natural das coisas. O que nos surge no horizonte é uma evolução ou crescimento lentos, a necessidade de estabilização de factores-chave, a interacção do que existe e se pratica com os novos dados.

Esboroa-se o mito de uma ascensão vertical da história para dar lugar a uma horizontalidade que aponta em muitas direcções. A atravessá-la encontramos o princípio da incerteza: tudo é probabilidade, nada é completamente previsível. Como dizia Paulo Freire, a transição é uma realidade em trânsito, em passagem, esvaziando-se de um modelo conhecido e adentrando-se para uma situação ainda desconhecida.

O período que atravessamos é, assim, sentido como indeterminação, conflito e insegurança.

Fundação Cuidar o Futuro



## I - Uma maior população com novas características de idade e de implantação

A fisionomia humana do III Milénio - quantos somos, quem somos, onde vivemos, como vivemos - revela-nos um processo de transição que, estando já a decorrer diante dos nossos olhos, adquirirá então uma visibilidade muito maior.

A população do mundo vai continuar a crescer. A velocidade a que se deu o crescimento nas últimas 7 décadas produziu um momentum cujo efeito se fará sentir por mais algumas décadas, seguramente sobre o próximo século - e isto apesar de essa "velocidade" (mais adequadamente chamada taxa de crescimento da população) vir a decrescer lentamente desde a década de 60.

A população de "hoje" (ano 2000) é (será) de 6 mil milhões de pessoas, enquanto em 1930 era de 2 mil milhões. Triplicou em apenas 70 anos. O crescimento anterior fora muito mais lento - para passar de 1 para 2 mil milhões fora necessário mais de 1 século. Mesmo assim o crescimento ronda os 88 milhões de pessoas/ano - o que equivale grosso modo a 10 Suécias/ano ou a 1 América Latina em cada 5 anos!

Mesmo que o ritmo vá diminuindo, a população mundial aumentará até 2050 de mais 4,1 mil milhões. Este número corresponde à totalidade dos habitantes do planeta em 1975!

Quem serão estes cerca de 10 mil milhões de pessoas? A fisionomia do hemisfério Norte - onde hoje vive 16% da população mundial - pouco terá mudado já que, deste aumento de população, aí residirá apenas 1%. Em contrapartida, a maior parte dos países do hemisfério Sul verão acrescida a sua população de tal maneira que nenhum crescimento económico, por mais bem gerido que seja, poderá acompanhar esse crescimento demográfico.

Cerca de 45% da população do Sul tem menos de 15 anos; esta proporção crescerá ainda nos países com maior taxa de fertilidade. A população idosa aumentará também em todos os países e, paradoxalmente, nos países em que a educação e os serviços de saúde assegurarem a estabilização da população, esse aumento será ainda maior, constituindo um novo problema de estrutura da população como acontece já no hemisfério Norte.

Cerca de 40% da população habitará em grandes cidades (mais de 8 milhões de habitantes) das quais apenas duas se situam no hemisfério Norte.

Os números e as condições acima indicadas não são senão cenários prováveis, tendo em linha de conta as projecções feitas pelas Nações Unidas.



## II - Um desenvolvimento económico crescente e crescentes desigualdades sociais



Deparamos, na transição económica, com um paradoxo fundamental: aumenta a riqueza do mundo mas aumentam também as disparidades económicas entre pessoas, grupos sociais, países. Impõem-se, por isso, novas perspectivas que permitam utilizar a riqueza para garantir a todos os seres humanos um mínimo de rendimento económico.

Vejamos alguns números que tornam flagrante a irracionalidade da economia. Desde a II Guerra Mundial, os números do crescimento económico falam por si. Assim:

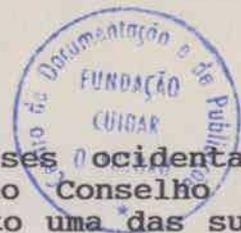
- crescimento do produto: 4 vezes em termos reais;
- crescimento do produto industrial: 40 vezes;
- crescimento do consumo de energia. 20 vezes;
- crescimento da produção de cereais: 3 vezes;
- crescimento do comércio externo: 7 vezes.

Estes números que entre si interagem levariam a imaginar uma maior riqueza para todo o planeta. Mas, simultaneamente, outros factores contrariam os efeitos benéficos de um tal crescimento e revelam a sua ambiguidade num mundo ainda não preparado para gerir a complexidade de uma economia globalizada e ainda não consciente da solidariedade ontológica que impõe, em termos de valores, as escolhas necessárias a uma maior qualidade de vida de todos.

É, logo de entrada, a realidade da transição que utilizámos como metáfora: a população cresceu mais rapidamente do que o crescimento económico. Mesmo na hipótese de uma distribuição justa da riqueza (exercício meramente virtual já que as condições económicas de cada país estão estreitamente ligadas à sua história), o dinheiro disponível não chega para fazer face ao crescimento da população nas últimas 5 décadas.

Em segundo lugar, a Guerra Fria - que coincidiu com o período de maior crescimento económico - desviou prioritariamente para a produção de material militar os benefícios do crescimento económico e impediu que se processasse um desenvolvimento harmonioso de todas as sociedades. Durante a Guerra Fria, uma das propostas frequentes instava a que os complexos industriais militares fossem convertidos em unidades de produção de bens indispensáveis para responder às necessidades fundamentais. Ora, terminada a Guerra Fria, essa proposta tem-se manifestado difícil de pôr em prática. A produção alargou-se em quase todos os países a outros domínios mas mudou ela própria de natureza com a revolução informática e não se tem afigurado viável essa conversão. É uma operação complexa e difícil.

Acresce ainda que em quase todos os países do hemisfério Sul se continua a dar prioridade às despesas militares, relegando para plano secundário as despesas com as necessidades básicas das



populações. Ao mesmo tempo, a maioria dos países ocidentais (nomeadamente os que têm assento permanente no Conselho de Segurança) continuam a fazer da venda de armamento uma das suas mais importantes fontes de receita.

Para além destes factores, o fim da Guerra Fria revelou tensões que se haviam mantido em estado latente e que até então não explodiam devido ao equilíbrio da dissuasão entre as duas superpotências. O desaparecimento desse equilíbrio que mantinha cada país dentro de uma ou de outra zona de influência deu lugar a conflitos que se cifram em cerca de 80 guerras desde 1989. Os novos conflitos levam à destruição localizada da riqueza de um país, impedem o desenvolvimento, cortam um povo inteiro das trocas mundiais.

Os grandes objectivos económicos e sociais que presidiram à criação das Nações Unidas foram postos entre parêntesis: as espadas não se transformaram em arados.

Até os arados perderam a sua força: já não há condições para que todos tenham o sustento necessário. A ONU comprometera-se a eliminar a fome. Apesar disso, aumenta o número dos que aguentam "a crueldade do simples peso da sobrevivência". Falou-se durante todas estas décadas de desenvolvimento e afinal aumentou a miséria. Os números dizem de forma clara essa injustiça enraizada na evolução da história do nosso tempo:

- . em 1970 - contam-se 944 milhões de pobres;
- . em 1985 - esse número passa a 1.156 milhões;
- . em 1994 - atingem-se 1.300 milhões.

Este flagrante crescimento das desigualdades entre os seres humanos é, ao mesmo tempo, um fenómeno quantitativo e qualitativo.

Falo em números porque, mesmo se um só pobre mereceria que melhorássemos a sua vida, quero tornar visível a face multiplicada dos pobres que conhecemos. Mas o quantitativo carrega uma análise qualitativa sobre a pobreza. Sabemos que ela é cumulativa: ao baixo rendimento junta-se a sua instabilidade e precariedade; e a tal ponto que várias fases de rotura conduzem a um estado crónico de subnutrição que vai inevitavelmente conduzir a uma saúde deficiente; o acesso limitado à educação e aos serviços de saúde impede qualquer melhoria não só no curto como no médio prazo.

Este conjunto de condições materiais vai determinar a existência de factores qualitativos que acentuam a situação de pobreza: a precariedade da existência conduz à ausência de controle sobre a própria vida e à dependência dos outros; começa aí o inexorável processo da humilhação dos sem poder, com o efeito corrosivo do desespero, do cinismo perante tudo e da falta de fé no futuro. A pobreza não é um episódio mas um emaranhado de causas e consequências.

Verifica-se assim que o desenvolvimento não "absorveu" a pobreza. Ele que fora encarado como um processo global da sociedade

- "capacidade da sociedade fazer face à sua própria história com a sua própria evolução cultural" -, tornou-se restritivo e acabou por ser equivalente a desenvolvimento económico.

Não é irrelevante nesta deriva de um conceito tão importante para o bem-estar dos seres humanos o paradoxo de, por um lado, a ONU falar, ao longo de 4 décadas, de "participação" de todos os cidadãos no desenvolvimento enquanto processo global, e de, por outro lado, outras instâncias nascidas do sistema das Nações Unidas - o Banco Mundial e o FMI - tornarem a economia o objectivo último dos processos sociais e do próprio desenvolvimento.

Como expressão do desespero dos povos, é significativo verificar a radical transformação de aspiração a um **desenvolvimento endógeno** - que marcara ainda a primeira metade da década de 70 - na adesão sem condições a **um único modelo**, aquele que ao acentuar cada vez mais as diferenças entre o Norte e o Sul, leva a reconhecer um Norte no Sul, e um Sul no Norte.

A passagem para um registo necessariamente qualitativo - que não abandone, porém, as metas quantitativas que garantem a sobrevivência - levou a Comissão mundial Independente sobre População e Qualidade de Vida a utilizar e definir como meta a **melhoria sustentada da "qualidade de vida" resultante da aplicação sistemática dos direitos humanos fundamentais**, inscritos nos dois Pactos Internacionais dos Direitos.

A tradução na prática desta orientação envolve: a pressão sobre a comunidade internacional, de modo a tornar eficazes as suas decisões; a pressão no continente europeu, como começo do reconhecimento dos direitos sociais; a contribuição para a organização dos mais pobres de modo a que encontrem as suas próprias soluções. Nesta perspectiva, para além das políticas sociais orientadas para toda a população, é imperativo estabelecer **estratégias nacionais para erradicar a pobreza**, envolvendo condições específicas de crédito, promovendo e apoiando a sua organização, estimulando o sector de informação e micro-empresas, aproximando os serviços das pessoas.



## V - Conclusão: na transição, a ética da "responsabilidade"

Face às exigências que nos põe o aumento espectacular da população do planeta, face à violação maciça dos direitos humanos que constitui a pobreza num mundo de riqueza global crescente, onde as desigualdades se acentuam cada vez mais, face á violação da Natureza e ao carácter obsoleto e deshumano do sistema económico que a legitima, face aos esquemas de produção e padrões de consumo, orientados para o apetite e a ganância de alguns enquanto à maioria faltam as condições essenciais à qualidade de vida, um princípio ético inscrito no ser humano é exigido sem transigências: o **princípio da responsabilidade**.

Contrariamente às convicções de que é a liberdade que é ponto de partida da vida em sociedade - é-o, sim, enquanto estatuto do ser humano individual - ergue-se a convicção de que a liberdade tem um fundamento mais profundo: ela tem a raiz na responsabilidade. Não se trata de um simples sentimento mas de um modo de agir que caracteriza todos os sectores da vida. Nada é neutro. Tudo é orientado.

O saber, o aumento da tecnologia e da riqueza, tornou-nos mais conscientes da vulnerabilidade intrínseca da humanidade, da natureza, de cada ser na sua individualidade própria. A esta vulnerabilidade não responde só o princípio de justiça, mas a preocupação pelo outro, pela natureza. **A compaixão vai de par com a competência. A compaixão restaura os caminhos da integridade. E ela reside na força da responsabilidade que não recua, que interage, que assume o risco de viver com outros e para outros.**

